



Anais da Assembleia

Nº 037

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 04ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1992
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

As dezessete horas e dez minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Tadeu Lúcio Machado, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amara, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Geraldo Cartário, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra e Nelson Justus (05). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e vota-

ção das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 14.04.92.

(a) DALTON MACHUCA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão, sejam apreciadas englobadamente.- Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/89 - VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 289/88 - de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que altera a redação do artigo 20 da Lei nº 7567, de 12/01/82 (Suprima-se a palavra semestralmente). Sem relatório.

VETO.

Razões em separado.

Em 27/01/89.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 289/88
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - No Art. 20 da Lei nº 7567, de 12/01/82, suprima-se a palavra semestralmente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.11.88.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta encontra fundamentação, em razão de que tanto o pessoal, quanto os encargos (imposto, luz, telefone, etc.), têm reajustes mensais.

Na forma que vem sendo reajustado o Valor de Referência de Custas, semestralmente, causa enorme defasagem entre receita e despesa, dificultando o cumprimento

dos compromissos existentes.

Outros Estados, como Espírito Santo, Paraíba, etc., já adotaram tal sistemática como medida saneadora nesta área.

Tendo em vista tais colocações, conto com o apoio dos nobres Pares.

OF/DTL/Nº 11/89

Curitiba, 27 de janeiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 174/88, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 289/88, que busca suprimir do art. 20 da Lei nº 7.567, de 12 de janeiro de 1982, a palavra "semestralmente", objetivando possibilitar reajustes, em períodos inferiores ao semestre, do Valor de Referência de Custas (VRC), básico para o cálculo dos valores de contribuição à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, criado pelo diploma legal referido.

A negativa de sanção decorre do fato de a proposição tratar de remuneração de Serventuários da Justiça, e como compete aos Estados sua própria organização constitucional, porém com a observância aos princípios estabelecidos na Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988 (art. 25), deve observar-se então que aos Tribunais de Justiça das unidades federadas foi pela Magna Carta dada a competência privativa de propor ao Poder Legislativo a fixação de vencimentos dos seus serviços auxiliares (art. 96, II, alínea "b"), razão pela qual se conclui que o Projeto de Lei ora examinado, de iniciativa parlamentar, fere esse dispositivo constitucional federal, de plena eficácia e imediata aplicabilidade, isso porque se trata de distribuição da competência do Poder Político soberano da Nação aos âmbitos das unidades federativas e aos órgãos que nelas enfeixam as funções estatais pelo Poder Constituinte originário distribuídas.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 13/89 - Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 271/88 - de autoria da Deputada Vera Agibert, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Prudentópolis, uma área de terreno

medindo 1.140m², localizado no município supracitado, registrado no livro 3, sob nº 7954, em 17.06.49, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Prudentópolis, conforme especifica. Sem relatório.

VETO.

Razões em separado.

Em 09/01/89.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 271/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Prudentópolis, uma área de terreno medindo 1.140 m², localizado na Av. São João, anteriormente rua Vicente Machado esquina com a rua Tiradentes, no município supracitado, registrado no Livro 3, sob nº 7954, em 17 de junho de 1949, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Prudentópolis.

Parágrafo Único - O imóvel descrito no "caput" deste artigo fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.12.88.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora é apresentada a esta Casa, funda-se na necessidade da construção de uma biblioteca pública, que possa servir como catalizador da memória cultural no município, preservando valores em dia carentes de um melhor tratamento.

Alia-se aos fatos expostos também, o do imóvel em questão constituir-se numa edificação histórica na cidade, que aguarda estreita relação com o objetivo a que se destinará, após a devida restauração do mesmo por parte da Prefeitura Municipal.

Esses motivos que nos conduzem à proposição deste plano de lei, sobre o qual pretendemos a atenção e a conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Assembléia.

OF/DTL/Nº 02/89

Curitiba, 09 de janeiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 197/88, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III e de conformidade com o § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 271/88, por jul-

gã-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Prudentópolis, uma área de terreno medindo 1.140,00m², na sede do referido município, havida pelo Estado conforme registro sob n° 7.954, no Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame, decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração, de que na questionada área está sendo construído prédio destinado à Agência Estadual de Rendas de Prudentópolis.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevados apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 014/89 - VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 007/88 - de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe Legislação sobre o controle de poluição de pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas. Com Relatórios da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 014/89

Curitiba, 07 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 163/88, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III e de conformidade com o disposto no § 1° do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n° 07/88, pelas razões adiante expostas.

Dispõe o autógrafo sobre normas de proteção a bacias mananciais destinadas à captação de água para o abastecimento público, objetivando defendê-las da ação de agentes poluidores, tendo o veto parcial apostado incidindo sobre os parágrafos 1° e 2° do art. 4°, o art. 5° e seu parágrafo único, as expressões "ou a possibilidade de bombear o afluente final destes esgotos para a bacia vizinha que não seja destinada a manancial", constantes do § 1° do art. 7° e as expressões "8" e "dentro de especificações a serem normalizadas", constantes do § 2°, do mesmo art. 7°.

A negativa de sanção aos parágrafos 1° e 2° do art. 4° do projeto, justificam-se por serem tais dispositivos repetições da-

queles que nele constaram como parágrafos 1° e 2° do seu art. 2°, em nada prejudicando tais exclusões, portanto, para o entendimento daquilo que o legislador pretendeu e já havia feito constar expressamente da proposição aprovada. Os vetos aos dispositivos do art. 5° e seu parágrafo único, são necessários, o da cabeça do artigo pelo fato de estar tal norma, como aprovada, no sentido de comando positivo, contrariando o núcleo primordial da intenção legislativa, como acima foi referido; já o que atingiu o seu parágrafo único, objetiva a exclusão de definições dispensáveis e que, mesmo por serem definições, podem vir a delimitar conceitos mais abrangentes e já consolidados pelo entendimento público do que seja uma bacia hidrográfica.

Negou-se sanção ainda às expressões antes transcritas da parte final do § 1° do art. 7° do projeto, porque não seria essa a única alternativa à proteção de redes de captação em áreas de bacias onde estiverem previstos loteamentos ou quaisquer outras formas de urbanização de que trata o "caput" do artigo. Mesmo na forma como foi essa expressão redigida pode vir a possibilitar outros problemas de poluição, visto que o dispositivo, como foi aprovado, não se refere especificamente à forma de tratamento adequado do afluente final de esgotos, cujo bombeamento se daria para as bacias vizinhas àquelas dos projetos de loteamentos ou urbanização. A falta de previsão dessa forma de tratamento, poderia, assim, acarretar prejuízos a redes de captação de água, quem sabe até mesmo possíveis de futuro aproveitamento para o abastecimento público.

Ainda foram vetadas as expressões, igualmente transcritas, constantes do § 2° do art. 7°, ambas por serem dispensáveis ao texto e ao seu entendimento, podendo a sua permanência, isto sim, dar causa a interpretações descabidas em prejuízo da aplicação da lei que ora sanciono, com os vetos apontados.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevados apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO N° 014/89

P A R E C E R:

A proposição em tela, traz o veto parcial apostado ao Projeto de Lei n° 007/88, que foi comunicado a esta Casa pelo Governador do Estado, através do ofício n°

DTL/SAT - 014/89, de 07 de março de 1989, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição do Estado, sendo o veto parcial calcado na atribuição conferida ao Chefe do Executivo Estadual pelos artigos 28, § 1º e 47, inc. III, ambos da Constituição do Estado do Paraná, tendo o mesmo incidido sobre os parágrafos 1º e 2º do Art. 4º, o Art. 5º e seu parágrafo único, as expressões "ou a a possibilidade de bombear o afluente final destes esgotos para a bacia vizinha que não seja destinada a manancial" constantes do § 1º do Art. 7º e as expressões "8" e "dentro de especificações a serem normalizadas", constantes do § 2º, do mesmo Art. 7º.

Analisados os seus prazos prescricionais, revelamos que a matéria em questão, encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do Plenário, argüido os princípios contidos na Constituição Federal, em seu Art. 66, § 6º.

E o parecer, salvo melhor juízo.
Sala das Comissões, em 15.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTONIO ANNIBELLI

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa irá proceder à chamada nominal para votação dos Senhores Deputados.

(Após a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Votaram 45 Senhores Deputados. Designo os Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado, João Iensen e Rafael Greca para constituírem a comissão escrutinadora.

Votaram quarenta e cinco Senhores Deputados. Sim: Vinte e nove; Não: Onze; Em branco: cinco.

Está rejeitado o projeto e mantido os Vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.